



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
CAMPUS DE APUCARANA

EDITAL 90365/2026

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR - Campus de Apucarana, por intermédio da diretoria do Campus, por intermédio da Divisão de Licitações, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

PREGÃO ELETRÔNICO: 90365/2026 TIPO: MENOR PREÇO	<u>Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas:</u> Acolhimento/Início 08h00min do dia 15/05/2026 Até 09h59min do dia 1º/06/2026 Início da sessão / disputa de lances: 10h00min do dia 1º/06/2026 Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.
----------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

1 OBJETO:

Contratação de empresa especializada em serviços de vidraçaria, de chaveiro e manutenção de ramais telefônicos para atender as necessidades da UNESPAR/Campus de Apucarana na manutenção de forma contínua.

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

2.1 O preço máximo admitido para execução dos serviços é de **R\$ 254.755,45 (Duzentos e cinquenta e quatro mil setecentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos)**.

2.1.1 Não serão aceitas propostas com valor superior ao preço máximo admitida para a licitação.

2.1.1.1 Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2.1.2 Os Licitantes deverão obedecer ao critério de julgamento da proposta no sistema de compras eletrônicas adotado pela UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná, que será o preço total da licitação, não ultrapassando o máximo fixado.

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

3.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- ◆ Gestão/Unidade: 45/46
- ◆ Fonte de Recursos: 500;
- ◆ Elemento de Despesa: 3.3.90.30.25 e 3.3.90.39.16.



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
CAMPUS DE APUCARANA

4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações do Portal de Compras do Governo Federal. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/>, do Sistema GMS no endereço www.comprasparana.pr.gov.br, no Portal da Transparência do Estado do Paraná, no sítio eletrônico oficial da transparência, no site da UNESPAR e no Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro **Guilherme Polisciuc** e equipe de apoio, designadas pela Portaria n.º 1262/2024 - Reitoria - UNESPAR.

E-mail: guilherme.polisciuc@unespar.edu.br

Telefones: (43) 3420-5718

Endereço: Av Minas Gerais, 5021 - CEP 8683-250 - Apucarana/Paraná

O atendimento será feito no horário das 08h00min às 12h e das 13h00min às 17h.

5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico do Sistema GMS www.comprasparana.pr.gov.br ou por envio de mensagem ao endereço eletrônico guilherme.polisciuc@unespar.edu.br pelos quais serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas neste edital;

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório, referentes à fase externa do processo, estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no endereço eletrônico <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto nº 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, demais leis estaduais e federais e decretos pertinentes ao objeto da licitação, bem como as suas devidas alterações.

7 DOCUMENTOS INSTRUTORES DA LICITAÇÃO

7.1 Os documentos que instruem esta licitação são os seguintes:

7.1.1 Edital;

7.1.2 Anexos;



**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
CAMPUS DE APUCARANA**

7.1.3 Elementos Técnicos Instrutores.

7.2 Definições:

7.2.1 Para esta licitação serão usadas as definições contidas no art. 6.º da Lei Federal n.º 14.133/2021 e no art. 2.º do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Não será admitida proposta acima dos valores máximos e totais fixados no termo de referência, anexo I deste edital, em respeito ao preço obtido por meio de pesquisa de preços, conforme dispõe o artigo 296 do Decreto Estadual/PR nº 10.086/2022.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1 Na fase de disputa, o critério no sistema de compras eletrônicas é o valor unitário do item que compõem o lote, fixada no termo de referência, anexo I deste edital. Os valores que permaneceram acima dos valores unitários máximos e totais máximos dos lotes, nesta fase fixados no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificados.

2.2 O julgamento das propostas será realizado de acordo com o critério de **MENOR PREÇO**.

2.3 O julgamento do lote 03(Três) será pelo critério de Menor Preço, **sendo a disputa focada exclusivamente no Item 01 (Prestação de Serviços de Hora Técnica).**

2.4 O Item 02 do lote 3 (Três) (Peças e Componentes) **possui valor fixo e irreeajustável para fins de licitação, estabelecido em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).** Este valor atua como uma verba estimada de natureza indenizatória, destinada exclusivamente à reposição de componentes necessários para o restabelecimento do sistema PABX.

2.4.1 A adjudicação do objeto, referente ao **lote 3**, será feita pelo **Lote Completo**. O licitante que apresentar o menor valor para o Item 01 será declarado vencedor do lote, assumindo automaticamente a responsabilidade pelo fornecimento das peças (Item 02) sob as condições estabelecidas neste Edital.

2.5 O valor julgado será o exemplificado no item **5.7** das condições gerais do pregão, sendo o vencedor aquele que apresentar o menor valor da somatória do item 2(Dois) mais a sua proposta para o item 1(Um).

2.6 Da Natureza da Contratação de Peças:

2.6.1 A existência do Item 02(Lote 03) no contrato **não obriga a Administração à sua aquisição total ou parcial**. O pagamento somente será efetuado mediante a efetiva necessidade de substituição de peças, devidamente comprovada por relatório técnico e aprovação prévia da fiscalização

2.6.2 O valor das peças será pago conforme o preço de mercado à época da execução, respeitando-se o limite global da verba empenhada.

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverão constar no Descritivo das Propostas de Preços, não poderá ser inferior ao fixado neste edital.



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
CAMPUS DE APUCARANA

4 VIGÊNCIA:

4.1 O prazo de vigência é de até 12 meses contados a partir da assinatura do contrato e sua publicação, com base o artigo 106 da Lei Federal nº 14.133 de 2021. Podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite, conforme previsto no art. 107 da mesma Lei.

5 RESERVA DE LOTES PARA ME E EPP:

No que diz respeito ao **Lote 01**, a Administração optou pela **Ampla Participação**, sem a reserva de cotas específicas (inciso III, art. 48 da LC 123/06). Tal decisão fundamenta-se na busca pela economia de escala e no fato de que o benefício legal destinado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte já foi plenamente assegurado por meio da **exclusividade dos Lotes 02 e 03** (inciso I, art. 48 da LC 123/06).

A soma dos lotes exclusivos já atinge o patamar proporcional adequado frente ao valor total estimado da contratação, garantindo o equilíbrio entre o incentivo às pequenas empresas e a competitividade necessária para o lote de maior vulto, no qual as ME/EPPs também poderão ofertar lances em igualdade de condições com as demais empresas.

6 GARANTIA:

Não será exigida garantia da execução do contrato.

7 CONSÓRCIO:

Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

8 DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE:

8.1 Devido à ausência de lotes com valores de contratação que se enquadrem no conceito de grande vulto, conforme definido na Lei Federal nº 14.133/2021, não será necessário exigir um plano de integridade do licitante vencedor.

9. ANEXOS:

Anexo I - Termo de Referência

Anexo II - Realização de Visita Técnica

Anexo III - Realização de Visita Técnica (Dispensa)

Anexo IV - Minuta do Contrato Administrativo

Anexo V - Minuta da Ordem de Serviço

Anexo VI - Modelo da Carta Proposta de Preços

Anexo VII - Modelo da Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

Anexo VIII - Modelo da Declaração de Cumprimento de Exigências Legais e Constitucionais

Anexo IX - Modelo do Termo de Ciência das Condições Locais (Vistoria)

Anexo X - Documentos de Habilitação

Anexo XI - Declaração de LGPD



**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
CAMPUS DE APUCARANA**

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Portal de Compras do Governo Federal, na página <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1.2 O pregão será conduzido por servidor público denominado Agente de Contratação/pregoeiro, mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração Estadual.

1.3 O Agente de Contratação exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual, conforme instruções que podem ser obtidas na página <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, que estejam com cadastro regular no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.1.2 Os interessados deverão efetuar seu cadastro dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e que trata a Lei Federal nº 14.133/2021, de 2021, recomenda-se também a prévia inscrição no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CFPR, por intermédio do portal de Compras do Governo do Estado do Paraná (www.comprasparana.pr.gov.br), nos termos do Decreto Estadual nº 9762/2013: Cadastro Unificado de Fornecedores Estado do Paraná (Alterado pelo Decreto nº 1352/2015).

2.2 Os interessados em participar do Pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 1 do presente Edital.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
CAMPUS DE APUCARANA**

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3. DA VISTORIA

3.1 Os licitantes têm permissão para realizar uma vistoria no local onde os serviços serão executados até o último dia útil antes da data marcada para a abertura da sessão pública. Essa vistoria tem o objetivo de familiarizá-los com as condições e dificuldades existentes. Para agendar a vistoria, é necessário entrar em contato com um representante da DAF do Campus Apucarana beneficiado pelo Lote para o qual o fornecedor pretende enviar a proposta.

3.1.1 O agendamento deverá ser feito em até dois dias anteriores à data da abertura da sessão do pregão eletrônico.

3.1.2 Ainda que os licitantes optem por não realizar a vistoria, deverão apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo constante no deste Edital.

3.1.3 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o licitante vencedor assumir os ônus dos serviços decorrentes.

3.1.4 Nenhum licitante poderá alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto.

4 PROPOSTA INICIAL

4.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

4.1.1 O pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

4.1.2 A sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

4.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

4.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

4.3. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) Agente(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

4.4. O Agente de Contratação, verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.



5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor unitário e total do item;

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que estejam vinculados ao objeto licitado.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.6 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5.7 Da Formulação da Proposta Econômica: Para fins de formulação do lance e preenchimento da proposta final, o licitante deverá considerar a soma do valor total dos serviços (Quantidade de horas Valor unitário ofertado) acrescido do valor fixo das peças.

Exemplo de Cálculo da Proposta:

$PREÇO = (\text{Lance} \times 50) + \text{R\$ } 5.000,00$

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 O(a) Agente de Contratação(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas nos Elementos Técnicos Instrutores.

6.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Agente de Contratação(a) e os licitantes.

6.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,01 (um centavo).



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
CAMPUS DE APUCARANA

6.9 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.10 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.11 No caso de desconexão com o(a) Agente de Contratação(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.12 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Agente de Contratação(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Agente de Contratação(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.13 O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

6.14 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.15 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

6.16 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no sub-item anterior.

6.19 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos sub-itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.22 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

6.23 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.23.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.3 É facultado ao(a) agente de Contratação(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 6.23.2.



6.24 Após a negociação do preço, o(a) Agente de Contratação(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

7.1.1. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

7.1.2. A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de **3 (três) dias**, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Agente de Contratação no momento da aceitação do lance vencedor.

7.1.3 A existência de valores de serviços unitários isolados, na planilha orçamentária do licitante, inferiores aos serviços unitários da planilha orçamentária referencial não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que aqueles valores sejam valores adequados, mantendo-se o valor da proposta.

7.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

7.2.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

7.2.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;

7.2.3 não apresente as especificações técnicas exigidas nos elementos técnicos instrutores;

7.2.4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, percentual de desconto inferior ao mínimo exigido, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

7.2.4.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.3 serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

7.3.1 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do previsto no art. 92 do Decreto n.º 10.086, de 2022, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.4 será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com o previsto na Lei 14.133/2021.

7.5 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.6 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.7 O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.7.1 É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
CAMPUS DE APUCARANA

7.7.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas orçamentárias readequadas com o valor final ofertado.

7.8 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha orçamentária deverão refletir com fidelidade os custos especificados, a margem de lucro pretendida e as despesas indiretas.

7.9 O Agente de Contratação analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com os da planilha orçamentária referencial;

7.10 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.11 Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

7.12 O Agente de Contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.13 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.14 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.15 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.16 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo VII) e os documentos de habilitação, até a data e o horário estabelecidos pelo(a) Agente de Contratação(a).

8.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

8.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

8.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

8.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

8.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) Agente de Contratação(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.



9. DESCRITIVO DA PROPOSTA

9.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

9.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

9.1.2 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

9.2 Para a Proposta de Preços o licitante arrematante, por meio de sistema eletrônico, deverá entregar:

9.3 A Carta Proposta de Preços, conforme Anexo VII, deverá conter as seguintes informações:

9.3.1 Preço total final proposto, cotado em reais, em algarismos e por extenso, com duas casas decimais, e ainda de acordo com o item 8.3 e seus subitens da Minuta do Contrato;

9.3.2 Prazo de validade da proposta não inferior a **90 (noventa) dias**, contados a partir da data de abertura da licitação;

9.3.3 Assinatura do representante legal, identificando-o com o nome e o CPF;

9.3.4 Razão Social e CNPJ do licitante;

9.3.5 Caso haja divergência entre o valor da proposta numérico e o valor por extenso, prevalecerá este último;

9.3.6 No arredondamento do cálculo do preço a ser apresentado na Carta proposta, deverá ser considerado somente duas casas decimais após a vírgula, desprezando-se as demais.

9.4 Considera-se como representante legal qualquer pessoa credenciada pelo licitante, mediante contrato, procuração ou documento equivalente.

9.4.1 Observação: cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

9.5 As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte deverão anexar:

9.5.1 A declaração de que o licitante se enquadra na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, não se incluindo nas situações de que trata o artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, conforme Anexo VIII.

9.5.1.1 A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios instituídos à Microempresa e Empresa de Pequeno Porte caracteriza o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo de enquadramento em outras figuras penais, bem como sujeitará a pessoa jurídica à sanção de impedimento de participar de licitações e de ser contratada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública pelo prazo de até cinco anos.

9.5.2 Certidão Simplificada da Junta Comercial ou documento equivalente com os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, emitida em até no máximo 60 (sessenta) dias antes da data prevista para a abertura da Licitação.

9.5.3 Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução nº 1.418/2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir.

9.5.4 Empresas que não se enquadram na definição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, ou ainda, que não desejem usufruir do tratamento diferenciado e favorecido que estabelece a Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, estão dispensadas de apresentar o documento descrito no item acima. A não comprovação da condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, implica participação no pleito sem os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas



**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
CAMPUS DE APUCARANA**

alterações.

9.6 A apresentação dos documentos constantes neste item faz prova de que o licitante arrematante:

9.6.1 Tomou conhecimento de todas as informações, elementos técnicos instrutores e das condições locais para o cumprimento do objeto da licitação.

9.6.2 Aceitou os termos deste Edital.

9.6.3 Sendo vencedora da licitação assumirá integral responsabilidade pela perfeita e completa execução dos serviços a serem contratados.

9.7 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.8 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

9.9 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.10 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

9.11 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega das propostas, conforme Anexo VII.

10. OS RECURSOS

10.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa de antecede a adjudicação.

10.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

10.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

10.2 A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

10.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

10.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.

10.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

11. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1 Examinada a aceitabilidade da proposta e a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) Agente de Contratação(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

11.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

12. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

O contrato relativo à presente licitação, somente será firmado com a adjudicatária, caso este possua o seu Cadastro no GMS/CFPR, ativo/em plena validade e regular, o qual será verificado por meio da emissão do CFPR, obtido no referido sistema e, ainda, não esteja inscrita junto ao CADIN Estadual.

12.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato, ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

12.2 Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

12.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual nº 18.466, de 2015.

12.4 O adjudicatário deverá, antes da assinatura do contrato, apresentar Planilha Orçamentária para aprovação do Órgão Licitante.

12.5 O adjudicatário deverá assinar o Contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da convocação, podendo ser prorrogado por igual período mediante justificativa idônea aprovado pelo órgão licitante, contados a partir do recebimento do aviso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.6 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 12.2 e 12.3 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das cominações previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e do Decreto n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

12.7 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

12.8 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 12.6, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

12.9 A Ordem de Serviço deverá ser assinada pelo contratado no prazo máximo de até 5 (cinco) dias após a convocação pelo Órgão Licitante, podendo ser prorrogado por igual período mediante justificativa idônea aprovado pelo órgão licitante.

12.10 No ato da assinatura, a contratada fica obrigada a apresentar:

12.10.1 Comprovação das condições de habilitação do Edital, as quais deverão ser mantidas durante a vigência do contrato.

12.10.2 Considerando o Decreto Estadual nº 4505, de 06 de julho de 2016, os empenhos efetuados com recursos do Tesouro, só poderão ter seus pagamentos efetuados em favor da CONTRATADA, por meio de depósito bancário em conta corrente ativa no Banco do Brasil.

12.11 Os serviços licitados serão liberados para execução mediante Ordem de Serviço, subordinando-se às condições estabelecidas no contrato a ser firmado entre as partes, devendo a referida Ordem de Serviço ser assinada pelo representante legal do Contratado.

12.12 O Contratado deverá comprovar o vínculo jurídico de toda a equipe técnica por meio da apresentação de documentos (ou fotocópias autenticadas na forma da Lei), conforme Anexo do presente Edital.

12.13 Os profissionais indicados pelo Licitante, quando se fizer necessário, deverão participar dos serviços objeto desta licitação, de acordo com o disposto no § 6.º do artigo 67 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e atos normativos dos respectivos conselhos profissionais.

12.14 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

12.15 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

12.16 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365}$$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.17 Antes de cada pagamento, o contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Cadastro do Sistema de Materiais e Serviço do Estado do Paraná – GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

13. SUBCONTRATAÇÃO

13.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1 É admissível a continuidade do Contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

14.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 14.1 deverá ser formalizada por Termo Aditivo ao Contrato.

15 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

15.2 A multa de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou, será aplicada a quem:

- a) retardar ou impedir o andamento do procedimento licitatório;



**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
CAMPUS DE APUCARANA**

- b) não mantiver sua proposta;
- c) apresentar declaração falsa;
- d) deixar de apresentar documento na fase de saneamento.
- e) apresentar documento falso;
- f) de forma injustificada, deixar de assinar o contrato ou instrumento equivalente;
- g) foi advertido e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s).

15.3 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022.

15.4 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

15.5 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, regulamentada, no âmbito do Estado do Paraná, pelo Decreto n.º 11.953, de 2018.

15.6 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

15.7. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contrato.

15.7.1 A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

15.8 Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

15.9 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

15.10 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

15.11 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

15.12 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

15.13 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

15.14 Demais sanções estão descritas no Termo de Referência anexo ao edital.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

16.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
CAMPUS DE APUCARANA**

16.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

16.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

16.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

16.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

16.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 4 das Condições Gerais do Pregão. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

16.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

16.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

16.10 O foro é o da Comarca da Região de Apucarana, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Apucarana-Pr, 27 de Fevereiro de 2026.

**Daniel Fernando Matheus Gomes
Diretor Geral - Campus Apucarana
Portaria 823/2022**

ANEXO I

**TERMO DE REFERÊNCIA
e-Protocolo 23.858.796-4**

1 DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada em serviços de vidraçaria, de chaveiro e manutenção de ramais telefônicos para atender as necessidades da UNESPAR do Campus de Apucarana na manutenção de forma contínua.

AMPLA DISPUTA						
LOTE 01 (GRUPO 1) Serviços de Vidraçaria						
ITEM	Nº GMS	DESCRIÇÃO	QTD	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	0801.61915	Vidro 3mm, comum, liso, incolor, incluída instalação.	20	M²	R\$ 271,95	R\$ 5.439,00
02	0801.111677	Vidro 4mm, comum, liso, incolor, incluída instalação.	35	M²	R\$ 292,50	R\$ 10.237,50
03	0801.114061	Vidro 4mm, comum, cancelado incolor, incluída instalação.	30	M²	R\$ 300,00	R\$ 9.000,00
04	0801.111679	Vidro martelado jateado 4 mm, translúcido, incolor, de faces paralelas, para basculante, incluída instalação.	20	M²	R\$ 300,00	R\$ 6.000,00
05	0801.111680	Vidro 6 mm, temperado, liso, incolor, incluída instalação.	20	M²	R\$ 359,95	R\$ 7.199,00
06	0801.113240	Vidro 8 mm, temperado, liso, incolor, incluída instalação.	35	M²	R\$ 510,00	R\$ 17.850,00
07	0801.111681	Vidro 8mm, jateado, incluída instalação.	30	M²	R\$ 670,00	R\$ 20.100,00
08	0801.113241	Vidro 8 mm, temperado, fumê, incluída instalação.	40	M²	R\$ 631,92	R\$ 25.276,80
09	0801.113242	Vidro 10 mm, temperado liso, incolor, incluída instalação.	30	M²	R\$ 605,00	R\$ 18.150,00
10	0801.111682	Vidro 10 mm, temperado fumê, incluída instalação.	30	M²	R\$ 702,50	R\$ 21.075,00
11	0801.113243	Espelho sem moldura 4mm, incluída instalação.	25	M²	R\$ 380,00	R\$ 9.500,00
12	0516.111078	Conserto/e ou troca fecho vitrô basculante, com fornecimento de material.	15	UND	R\$ 149,45	R\$ 2.241,75
13	0516.111079	Conserto e/ou troca roldanas em portas de correr, com fornecimento de material.	40	UND	R\$ 110,00	R\$ 4.400,00
14	0516.111080	Troca de puxador duplo, resina, incolor, porta de vidro, com fornecimento de material.	30	UND	R\$ 157,90	R\$ 4.737,00
15	0516.111081	Troca de puxador alumínio tubular 50x40, porta de vidro, com fornecimento de material.	30	UND	R\$ 129,04	R\$ 3.871,20
16	0516.111162	Troca de puxador alumínio 80x70, porta de vidro, com fornecimento de material.	30	UND	R\$ 234,44	R\$ 7.033,20
17	0516.111082	Troca de puxador para box, alumínio, para portas de vidro com 8mm, com fornecimento de material.	50	UND	R\$ 57,95	R\$ 2.897,50

18	0801.114063	Substituição de porta de vidro completa com fechadura, incluindo materiais.	20	M²	R\$ 650,00	R\$ 13.000,00
19	0201.56413	Manutenção de portas e janelas de vidro (lubrificação, regulagem e reparos em roldanas, trilhos, vedação e fixação)	50	UND	R\$ 232,95	R\$ 11.647,50
TOTAL			R\$ 199.655,45			

EXCLUSIVO ME / EPP / EQUIPARADAS						
LOTE 2 (GRUPO 2) Serviços de Chaveiro						
ITEM	Nº GMS	DESCRIÇÃO	QTD	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
20	0305.15884	Cópias de Chave - Fechaduras Diversas*	250	UND	R\$ 12,00	R\$ 3.000,00
21	0305.87438	Cópias de Chave - Tipo Gorja.	5	UND	R\$ 15,00	R\$ 75,00
22	0305.9760	Cópias de Chave - Tipo Tetra.	5	UND	R\$ 35,00	R\$ 175,00
23	0305.20328	Cópia de Chave para Automóvel comum.	7	UND	R\$ 50,00	R\$ 350,00
24	0305.50739	Cópia de Chave para Automóvel c/ Codificação - Tipo canivete.	12	UND	R\$ 180,00	R\$ 2.160,00
25	0305.20428	Cópia de Controle Remoto - portão eletrônico e Cancela eletrônica.	5	UND	R\$ 50,00	R\$ 250,00
26	0305.113763	Programação de Chave Codificada para Automóvel	7	UND	R\$ 150,00	R\$ 1.050,00
27	0305.50738	Troca de Miolo de Fechadura Diversas com duas chaves, incluindo material e instalação.	80	UND	R\$ 100,00	R\$ 8.000,00
28	0305.87442	Troca de miolo de Fechaduras Tetra com duas chaves, incluindo material e instalação.	20	UND	R\$ 140,00	R\$ 2.800,00
29	0305.75515	Substituição/Instalação de Fechadura completa Diversas* - com fornecimento de material e instalação.	20	UND	R\$ 150,00	R\$ 3.000,00
30	0305.54046	Substituição/Instalação de Fechadura Tubular completa c/ 2 chaves - com fornecimento de material.	45	UND	R\$ 200,00	R\$ 9.000,00
31	0305.20338	Substituição/Instalação de Fechadura Tetra completa c/ 2 chaves - com fornecimento de material.	15	UND	R\$ 191,00	R\$ 2.865,00
32	0305.87444	Substituição/Instalação de Fechadura Gorja completa c/ 2 chaves - com fornecimento de material.	15	UND	R\$ 165,00	R\$ 2.475,00
33	0305.51740	Substituição/Instalação Fechadura - Porta de vidro - com fornecimento de material.	15	UND	R\$ 120,00	R\$ 1.800,00
34	0305.20383	Abertura de Fechaduras Diversas (porta, armário, gaveta e cadeado) - com fornecimento de material.	30	UND	R\$ 80,00	R\$ 2.400,00
35	0305.64090	Abertura de veículos (perda de chave, travamento).	7	UND	R\$ 100,00	R\$ 700,00



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
CAMPUS DE APUCARANA

36	0305.16910	Troca de Segredo - armários, gavetas e gaveteiros.	5	UND	R\$ 100,00	R\$ 500,00
37	0305.113764	Extração de Chave Quebrada.	10	UND	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00
TOTAL			R\$ 41.600,00			

EXCLUSIVO ME / EPP / EQUIPARADAS						
LOTE 03 - Serviços de Telefonia						
ITEM	Nº GMS	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
38	0418.114259	Serviços de manutenção corretiva/preventiva referente a central telefônica presente no campus de Apucarana.	50	HORA TÉCNICA	R\$ 170,00	R\$ 8.500,00
39	5802.83451	Peças Genuína ou Original de Primeira Linha para Alteração, Instalação e Manutenção de Ramais e Equipamentos Telefônicos.	1	UND	5.000,00	5.000,00
TOTAL			R\$ 13.500,00			

1.1.1 Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente do país, com apenas 02 (duas) casas após a vírgula (R\$0,00), devendo incluir todos os custos diretos e indiretos, julgados necessários pela proponente e todas as incidências que sobre eles possam recair, tais como encargos fiscais, tributos, taxas, impostos e outros.

1.1.2 Havendo mais de um item ou lote, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que compõem.

2 DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1 Serviços de Vidraçaria, conforme dimensões e especificações no item 1.1:

- I. Fornecimento e instalação de vidros lisos, temperados, laminados e espelhos.
- II. Serviços de corte, polimento e lapidação de vidros, etc.
- III. Manutenção de esquadrias de alumínio, fixação de peças e substituição de acessórios (fechos, roldanas etc.);
- IV. Serviços de vedação e silicone para janelas e portas envidraçadas.

2.2 Serviços de Chaveiro, conforme dimensões e especificações no item 1.1:

- I. Abertura de fechaduras e portas sem danos;
- II. Confecção de chaves e cópias, inclusive de padrões especiais;
- III. Substituição, instalação e manutenção de fechaduras convencionais e digitais;
- IV. Instalação de fechaduras elétricas e de segurança.

2.3 Serviços Telefônicos, conforme dimensões e especificações no item 1.1:

- I. Instalação, substituição e manutenção de ramais e centrais telefônicas (PABX);
- II. Passagem de cabos, testes de continuidade e certificação de rede de voz;
- III. Conectorização de pontos telefônicos;
- IV. Serviços de detecção e correção de falhas na rede de telefonia interna.
- V. Substituição/Instalação de ramais telefônicos



- VI. Reconfiguração/Transferência de ramais
- VII. Manutenção corretiva de linhas/aparelhos
- VIII. Realocação de infraestrutura telefônica
- IX. Suporte técnico Central telefônica
- X. Limpeza de Caixas de Passagem e Racks de Telefonia
- XI. Programação e/ou reconfiguração PABX
- XII. Todos os serviços de telefonia são referentes a uma central PABX **LEUCOTRON IP400**.

2.4 Condições Técnicas Gerais

2.4.1 Todos os materiais necessários para a execução dos serviços deverão ser fornecidos pela contratada, conforme orientação da fiscalização contratual;

2.4.1.1 Devido à grande diversidade de peças e componentes que podem ser necessários para a correção das falhas identificadas, incluindo conectores, cabos, placas, fontes, módulos e outros elementos específicos de cada sistema. Essa variedade impede a elaboração de um rol exaustivo e detalhado de todos os itens a serem adquiridos previamente, sendo necessário a existência de um item com valor máximo fixado disponível para a aquisição das peças necessárias para a manutenção.

2.4.1.2 Para a utilização do saldo reservado à aquisição de peças e materiais, o prestador de serviços deverá apresentar, sempre que possível, pelo menos três orçamentos de fornecedores distintos, a fim de demonstrar que o valor proposto está compatível com os preços praticados no mercado. A execução somente poderá ocorrer após autorização formal do fiscal do contrato, garantindo a observância dos princípios da economicidade, transparência e controle administrativo.

2.4.1.3 A Administração poderá, a seu critério, realizar pesquisa própria de mercado para confrontar os orçamentos apresentados pela Contratada, não estando vinculada à aceitação deste caso identifique valores superiores aos praticados no mercado ou em atas de registro de preços vigentes

2.4.2 A contratada deverá possuir equipe técnica qualificada, com comprovação de experiência compatível com o objeto contratado;

2.4.3 Deverão ser observadas todas as normas técnicas vigentes aplicáveis (ABNT, NBR, NR, entre outras), bem como os requisitos de segurança do trabalho e proteção ao meio ambiente;

2.4.4 Em todos os serviços, deverá ser garantida a perfeita finalização, sem deixar vestígios de danos às instalações do campus.

2.4.5 O contrato de manutenção deverá incluir, sem custo adicional, o fornecimento e a substituição de peças, placas, componentes e cartões de ramais analógicos e ramais digitais; inspeção, testes e ajustes; atualização de software/firmware interno; alteração das configurações, realização de novas programações e esclarecimento de dúvidas.

2.4.6 A assistência técnica, a manutenção preventiva e a manutenção corretiva dos equipamentos serão realizadas através de rotinas periódicas e/ou sob demanda

2.4.7 ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

2.4.7.1 A contratada deve vir no local para verificar as possíveis avarias dos equipamentos.

2.4.7.2 A contratada deverá realizar as manutenções preferencialmente no local da instalação dos equipamentos. Caso não seja possível a execução dos serviços in loco, o técnico responsável deverá comunicar o fiscal do contrato formalmente a necessidade de remoção do equipamento para reparo em oficina, devendo o prazo total para conclusão dos reparos e devolução do equipamento não ultrapassar 5 (cinco) dias úteis.

2.4.7.1 A Contratada deverá fornecer assistência técnica com referência à central telefônica e respectivos componentes de hardware e software, por meio das seguintes atividades:

2.4.7.2 Realizar configurações e programações.

2.4.7.3 Prestar informações claras e completas sobre o funcionamento da central telefônica e seus componentes de software, hardware, licenças, etc.



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
CAMPUS DE APUCARANA

2.4.7.4 Realizar ajustes e substituir peças e componentes preventivamente, incluindo hardwares, placas, acessórios, cabos, cartões de memória, etc.

2.4.7.5 Atualizar software interno da central e software de gerenciamento sempre que necessário à correção de algum problema de funcionamento (havendo atualização disponibilizada pelo fabricante).

2.4.7.6 Após execução da manutenção preventiva, a Contratada deverá entregar relatório detalhado das verificações e intervenções executadas para o fiscal do contrato.

2.4.7.7 Realizar a correção de defeitos de hardware e/ou software identificados durante a manutenção preventiva ou aqueles comunicados pela UNESPAR.

2.4.7.8 Na execução dos serviços deve ser obedecido o mesmo padrão de qualidade e nível tecnológico existente nos equipamentos e componentes.

2.4.7.9 Substituir peças e componentes defeituosos, incluindo quaisquer hardwares, placas, acessórios, cabos, cartões de memória, etc.

2.4.7.10 A Contratada deverá disponibilizar os seguintes meios para o registro de solicitações de serviços de assistência técnica e manutenção corretiva: correio eletrônico e/ou sistema informatizado; e contato telefônico para o contato direto

2.4.7.11 Em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato, a Contratada deverá indicar os endereços eletrônicos e números telefônicos para o registro de solicitações.

2.4.7.12 Identificar defeitos e problemas de operação inadequada e aconselhar sobre melhores práticas, formas de uso e de programação.

2.5 REQUISITOS PARA VIDRAÇARIA

2.5.1 Para substituições, serão utilizados o mesmo tipo e a mesma espessura do vidro existentes, nas portas e/ou janelas, garantindo assim melhor segurança e qualidade dos itens.

2.5.2 A entrega e instalação ficará a cargo da contratada, inclusive pessoal capacitado para tal função, conforme as normas de segurança do trabalho e qualidade dos itens.

2.5.3 Devem ser retirados os pedaços de vidros danificados, caso necessário. A instalação deve ser com material apropriado (massa, silicone e afins). Os serviços de instalações não deverão obstruir os andamentos das rotinas de trabalho dos ambientes.

2.5.4 A contratação será responsável pela perfeita instalação e funcionamento do dispositivo em sua integralidade, ser responsável ainda por quaisquer danos as estruturas existentes, reparando ou ressarcindo-as

2.5.5 A contratada deverá recolher os entulhos/lixos gerados durante a execução do serviço.

2.5.6 Todos os itens deverão ser entregues e instalados conforme especificação e sem avarias.

2.5.7 Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em partes, quando desacordo com as especificações exigidas ou em caso de má instalação.

2.6 REQUISITOS PARA O CHAVEIRO

2.6.1 Nas substituições, serão utilizados materiais dos mesmos tipos ou de qualidade superior aos modelos originais de fechaduras, maçanetas, chaves e itens similares, garantindo maior segurança e durabilidade.

2.6.2 A empresa contratada deverá atender requisitos mínimos, como o conhecimento a descrição detalhada das peças (chaves, fechaduras, maçanetas, entre outras peças), especificando o valor unitário de cada item da planilha de quantitativos.

2.6.3 Deverá deter conhecimentos na execução e utilização de materiais, ferramentas e equipamentos necessários à realização dos serviços contratados, em observância aos critérios e práticas de sustentabilidade, no que se refere ao descarte correto de resíduos.

2.6.4 Os serviços deverão ser realizados de forma preventiva e corretiva, conforme demanda apresentada pelos setores da instituição, respeitando prazos estabelecidos e garantindo qualidade e segurança na execução.



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
CAMPUS DE APUCARANA

2.6.5 Todos os materiais, peças e componentes necessários para a execução dos serviços serão fornecidos pela contratada, devendo ser de boa qualidade e compatíveis com os padrões de segurança e funcionalidade exigidos pela Universidade.

2.7 REQUISITOS PARA A MANUTENÇÃO DE TELEFONIA

2.7.1 A empresa contratada deverá fornecer todos os materiais necessários para execução dos serviços, como telefone IP, sem fio, canaletas, cabos, conectores e demais componentes de infraestrutura, sempre observando os padrões de qualidade e compatibilidade com o sistema em uso da universidade

2.7.2 Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados e com experiência comprovada na área, garantindo eficiência, organização e segurança na instalação e/ou manutenção da rede telefônica.

2.7.3 Deverão ainda cumprir as normas técnicas vigentes, assegurar o pleno funcionamento dos equipamentos instalados e oferecer suporte técnico sempre que solicitados, contribuindo para a melhoria da comunicação interna e externa da instituição.

3 DO FORNECIMENTO

3.1 Os serviços deverão ser realizados em até 24 (Vinte e quatro) horas após a emissão da respectiva Ordem de Fornecimento (OF), em local indicado pela Unespar, dentro do Estado do Paraná (Anexo VI).

3.2 Constatando que o produto/serviço recebido, não atende as especificações estipuladas neste Termo, ou ainda não atenda a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à empresa vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a, a efetuar a troca dentro do menor prazo possível.

3.3 Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a troca do produto recusado, a contratante procederá a abertura para apuração de responsabilidades, através de Comunicação Interna, a fim de que se proceda a abertura de processo para apuração de responsabilidade, de acordo com as normas contidas no Decreto n.º 10.086/2022 e alterações, bem como para aplicação das penalidades previstas neste Edital.

3.4 No caso específico dos equipamentos, caso o tenha, a Contratante devolverá o item ou unidade que não for aceito em razão de defeito ou que não estiver de acordo com a proposta, tendo o Contratado o prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias para substituí-lo.

3.5 Os produtos e serviços serão executados nos locais indicados, podendo a CONTRATADA requerer a mudança para outros locais na regionalização disposta no lote, de comum acordo se assim as necessidades exigirem conforme abaixo:

UNESPAR – CAMPUS DE APUCARANA	
Local de Entrega:	Av Minas Gerais, 5021, Apucarana - PR, 86813-250
Responsável pelo Recebimento:	Setor de Almoxarifado
Telefone:	+55 (43) 3420-5736
Horário de Funcionamento:	7h30min às 12 h e das 13h00min às 16:30 h

4. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

4.1 A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a plena continuidade das atividades acadêmicas e administrativas da Universidade, garantindo a manutenção, a funcionalidade e a segurança de sua infraestrutura física e tecnológica. Considerando a complexidade e a extensão da estrutura universitária, que compreende unidades acadêmicas, administrativas, laboratórios, bibliotecas e espaços de atendimento ao público, é imprescindível dispor de



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
CAMPUS DE APUCARANA

serviços especializados em três áreas essenciais: vidraçaria, chaveiro e telefonia com a pretensão de suprir lacunas estruturais, atender às necessidades recorrentes e emergenciais da instituição, além de promover maior eficiência, segurança e qualidade na gestão do patrimônio público.

- Serviços de Vidraçaria: são necessários para atender demandas de instalação, substituição e manutenção de vidros, portas, janelas e divisórias, assegurando ambientes adequados, seguros e preservando o patrimônio público.
- Serviços de Chaveiro: indispensáveis para a gestão da segurança patrimonial, controle de acessos e atendimento de situações emergenciais relacionadas a fechaduras e chaves.
- Serviços Telefônicos: fundamentais para garantir a comunicação interna e externa, assegurando a integração entre setores, a continuidade de serviços acadêmicos e administrativos, além do suporte às atividades de atendimento à comunidade universitária e ao público externo.

5. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1 Para resolução da situação exposta no item anterior, será realizado Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, conforme estabelecido nos Arts. 17, §2º, 28 e 29 da Lei nº 14.133/2021, que determina a preferência pela forma eletrônica nas licitações e definem o pregão como modalidade adequada para aquisição de bens e serviços comuns para o Campus de Apucarana da UNESPAR.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO/QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1 Requisitos para a Execução dos Serviços:

- I. A empresa contratada deverá comprovar capacidade técnica e operacional para execução dos serviços descritos neste Termo de Referência, atendendo aos seguintes requisitos:
- II. Registro ativo no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), com atividade econômica compatível com os serviços a serem prestados (vidraçaria, chaveiro e/ou serviços telefônicos).
- III. Comprovação de experiência prévia: apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços compatíveis em características e complexidade com o objeto da contratação.
- IV. Profissionais habilitados: comprovação de que os serviços serão executados por profissionais com experiência comprovada e, quando aplicável, formação técnica compatível:
- V. Para serviços de vidraçaria e chaveiro: comprovação de experiência prática mediante atestados ou declarações de serviços realizados.

6.2 Equipamentos e Ferramentas

6.2.1 A empresa deverá dispor dos equipamentos e ferramentas necessários para execução dos serviços, compatíveis com as normas de segurança vigentes, devendo apresentar, se solicitado, relação dos principais equipamentos a serem utilizados.

6.3 Regularidade Jurídico-Fiscal

Prova de regularidade junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça Federal.

6.4 Condições Adicionais Responsabilidade técnica formalizada, quando aplicável, por meio de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT). Compromisso da empresa em atender aos prazos de execução e às normas técnicas pertinentes.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
CAMPUS DE APUCARANA**

7 PESQUISA DE PREÇOS

7.1 Para a formação dos preços máximos será realizada ampla pesquisa de preços, em conformidade com o disposto no Art. 296 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, através de cotações com fornecedores, banco de preços, sendo adotada a média dos preços cotados e dentro dos preços praticados no mercado, buscando ampliar a competitividade do certame, e ainda, o entendimento exarado no Acórdão 3068/2010 – Plenário TCU, pois o preço de mercado é melhor representado pela média ou mediana, uma vez que constituem medidas de tendência central, e, desse modo, representam de uma forma mais robusta os preços praticados no mercado.

7.2 O preço máximo total para a aquisição será de **R\$ 254.755,45 (Duzentos e cinquenta e quatro mil setecentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos)**.

7.3 Será considerado a MEDIANA dos preços obtidos, conforme orientação da Diretoria Administrativa Financeira (DAF) do Campus e será utilizado o **MENOR PREÇO** para a disputa.

8 PARCELAMENTO DO OBJETO

8.1 O objeto será dividido em 03 (Três) lotes distintos, com itens semelhantes, para que o fornecedor participe do que mais é conivente com o seu ramo de atuação.

9 POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

9.1 É de responsabilidade da empresa que vier a ser contratada, adotar, na prestação dos serviços objeto desta contratação, no que couber, as práticas de sustentabilidade constantes nas disposições da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 01, de 19 de janeiro de 2010, bem como que sejam observados os requisitos ambientais do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO para uso de produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

9.2 Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis, correspondente à contratação em tela.

9.3 Otimizar a utilização dos materiais, de modo a minimizar o desperdício e a produção de lixo;

9.4 Descarte adequado dos entulhos resultantes da execução dos serviços, caso haja.

9.5 Os fornecedores com estruturas físicas deverão observar as normas de sustentabilidade cerca do serviço executado, em especial quanto ao correto destino dos resíduos após a execução dos serviços, a utilização de material elétrico que tenha padrões de economia de energia, o uso de equipamentos que diminuam os ruídos sonoros, dentre outros.

9.6 Sendo assim, como forma de minimizar os efeitos danosos ao meio ambiente, podem ser apresentados pelo fornecedor a utilização de insumos sustentáveis na produção dos serviços, valorizando a economicidade da contratação, as boas práticas de sustentabilidade e refreamento do desperdício.

10 DO TRATAMENTO DIFERENCIADO A MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

10.1 As empresas de micro e pequeno porte terão tratamento diferenciado, conforme exige o artigo 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.

11. FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE EXECUÇÃO

11.1 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

11.1.1 SERVIÇOS DE VIDRAÇARIA



**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
CAMPUS DE APUCARANA**

Fiscal do Contrato: Verificar a conformidade dos serviços executados com as especificações contratuais e as normas técnicas de segurança. Deve garantir que os materiais sejam de boa qualidade e que os serviços sejam realizados no prazo estipulado.

Gestor do Contrato: Supervisionar o cumprimento do contrato, analisar a execução do serviço, garantir que o orçamento seja respeitado e que as metas sejam cumpridas. Deve interagir com o fornecedor, garantindo que o cronograma e as condições acordadas sejam seguidos.

11.2 SERVIÇOS DE CHAVEIRO

Fiscal do Contrato: Monitorar se os serviços estão sendo realizados com qualidade e conforme as especificações de segurança. Deve também garantir que os profissionais estejam devidamente habilitados.

Gestor do Contrato: Acompanhar a execução do contrato, controlando prazos e custos. O gestor deve se assegurar de que o fornecimento e os serviços estejam sendo realizados conforme o previsto e dentro do orçamento.

11.3 SERVIÇOS TELEFÔNICOS

Fiscal do Contrato: Acompanhar a execução dos serviços para garantir que os problemas sejam resolvidos rapidamente e que a rede telefônica esteja funcionando corretamente. Deve verificar também a qualidade dos materiais usados e o cumprimento das especificações.

Gestor do Contrato: Garantir que os prazos de execução dos serviços estejam sendo cumpridos, que os custos sejam controlados e que os serviços sejam realizados dentro das especificações e normas contratuais. O gestor deve fazer a interface com os prestadores de serviços e garantir que a qualidade seja mantida.

12 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

12.1 Os objetos dessa licitação são classificados como bens comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133/21 e o Decreto Estadual nº 10.086/2022.

13. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

13.1 Os serviços deverão ser efetuados conforme Ordem de Serviço no endereço indicado pelo fiscal/gestor do contrato, contados a partir da emissão e envio da ordem de compra.

13.2 A empresa contratada será responsável pelo transporte e entrega e fornecimento do produto, desde a sua origem, sem quaisquer complementos nos preços contratados ou pagamento adicional referente a frete, ressaltando-se que a distância entre a origem, não será motivo justo para atrasos na entrega.

13.3 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

13.4 Os bens e serviços prestados poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias úteis, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades e sem qualquer ônus para a UNESPAR.

13.5 Os bens e serviços prestados serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

13.5.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

13.6 O recebimento provisório ou definitivo dos bens e serviços prestados não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
CAMPUS DE APUCARANA

13.7 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto conforme as condições e as necessidades do licitante.

14 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

14.1 São obrigações do Contratado:

14.1.1 efetuar a entrega do objeto/serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

14.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

14.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

14.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

14.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

14.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

14.1.8 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

14.1.8.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

14.1.8.2 retardamentos na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

14.1.8.3 aumentos das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

12.1.9 Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da Contratante, ficando, ainda, esta, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

14.1.9 Todas as despesas de impostos, frete, seguro, testes, outros custos que recaiam sobre os equipamentos ou para a substituição, que estejam cobertos pela garantia, serão suportadas pela Contratada.

14.2 São obrigações do Contratante:

14.2.1 receber o objeto/serviço no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

14.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

14.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

14.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;



**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
CAMPUS DE APUCARANA**

14.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

14.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

14.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

14.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

14.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

14.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

14.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

15 FORMA DE PAGAMENTO

15.1 O pagamento deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

15.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

15.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

15.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

15.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – , CNPJ nº 05.012.896/0001-42, constando número da licitação, lote, item e/ou descrição do serviços prestados, para fins de rastreabilidade em estoque.

15.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6/100)$

365

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

16. SUBCONTRATAÇÃO

16.1 Não será permitida a subcontratação do objeto licitado.

17. GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1 Não se aplica.

17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1 As despesas decorrentes da presente contratação estão presentes na LOA referente ao ano da contratação.

18. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

20.1 A modalidade definida para a licitação é o Pregão Eletrônico, conforme estabelecido nos Arts. 17, §2º, 28 e 29 da Lei nº 14.133/2021, que determina a preferência pela forma eletrônica nas licitações e definem o pregão como modalidade adequada para aquisição de bens e serviços comuns.

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja



**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
CAMPUS DE APUCARANA**

apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 O Fornecedor e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

20. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.

20.1 Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

21. CONSIDERAÇÕES GERAIS.

21.1 Todos os requisitos e condições constantes deste termo de referência revestem-se de caráter obrigatório, devendo os participantes atendê-los integralmente.

21.3 Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto Estadual n.º 10.086/2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Apucarana-PR, 13 de Abril de 2026.

**Carlos Felipe Cavalheiro R Munhoz
Agente Universitário de Execução**



**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
CAMPUS DE APUCARANA**

ANEXO II

REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

Atestamos para fins de participação no processo licitatório, na modalidade _____
nº _____, que o(a) Sr.(a) _____, com documento de identidade
_____ e CPF _____, representante da Empresa
_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, visitou, vistoriou o local e
identificou as instalações e/ou edificações que integram a sede _____ Campus _____ UNESPAR
– Universidade Estadual do Paraná.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do Profissional Credenciado pela Empresa

Assinatura do Representante / Funcionário Campus



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
CAMPUS DE APUCARANA

ANEXO III

DISPENSA DE REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

Atestamos para fins de participação no processo licitatório, na modalidade _____
nº _____, que o(a) Sr.(a) _____, com documento de identidade
_____ e CPF _____, representante da Empresa
_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, solicitou a **dispensa de
visita técnica** ao local, assumindo inteira responsabilidade quanto ao levantamento necessário das
instalações e edificações que integram a sede _____ Campus _____ UNESPAR – Universidade
Estadual do Paraná.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do Profissional Credenciado pela Empresa

Assinatura do Representante / Funcionário Campus



MINUTA PADRÃO – CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXXXXXXXXXXX

CONTRATANTE: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – CAMPUS DE APUCARANA, Pessoa Jurídica de Direito Público, transformada em Autarquia através da Lei nº 9.663/91, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.012.896/0001-42, com sede na Avenida Minas Gerais, nº 5.021, nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Diretor Geral do Campus, **Sr. Daniel Fernando Mateus Gomes**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na cidade de Londrina, Estado do Paraná, nomeado pela Portaria nº 823/2022 - Reitoria/UNESPAR.

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o nº XXXXXXXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXXXXXXX neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o nº XXXXXXXXXXXXX, portador da carteira de identidade nº XXXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXXXXXXX, e-mail XXXXXXXXXXXXX e telefone XXXXXXXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro 2022, pela Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, pelo Pregão Eletrônico nº XXXX/2026 GMS N.º 365/2026 (Protocolo N.º 23.858.796-4) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor, e pelas cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada em serviços de XXXXXXXXXXXX(GRUPO 01, 02 OU 03) para atender as necessidades da UNESPAR do Campus de Apucarana na manutenção de forma contínua.

1.2 Os quantitativos são meramente estimativos e não representam o montante real a ser cumprido pela administração, a qual pagará à contratada, somente o conteúdo executado.

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
XXX	XXX	XXX	XXXXXXXXXXXXXX	R\$ XXXX,X X	R\$ XXXX,X X

2. CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. Este contrato está instruído com os seguintes documentos:

- Edital de Licitação
- Termo de Referência/Estudo Técnico Preliminar
- Proposta da empresa vencedora do Edital 90365/2026

2.2. Se o CONTRATADO, em qualquer fase da execução do contrato, considerar necessária a retificação dos elementos técnicos instrutores, deverá requerer suas alterações, em tempo hábil, ao CONTRATANTE, não se justificando o abandono das atividades ajustadas, por inadequações não reclamadas na ocasião oportuna;

2.3. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções dos documentos fornecidos pelo CONTRATANTE não poderão constituir pretexto para o CONTRATADO cobrar serviços extras e/ou alterar a composição de preços unitários à revelia do CONTRATANTE, devendo para isto requerer as alterações conforme item 2.2 deste Contrato e seu subitem.



2.4. A formalização de contrato presume que o CONTRATADO;

2.4.1 Examinou criteriosamente todos os elementos técnicos instrutores, que os comparou entre si e obteve expressamente do CONTRATANTE as informações necessárias à sua consecução;

2.4.2 Atestou que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, ficando ciente de todos os detalhes do empreendimento e de que conhece as condições de sua execução.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 O regime de execução do presente Contrato será o de Empreitada por preço Unitário.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1. No valor global estimado do presente Contrato é R\$ XXX.XXX,XX (XXXXXXXXXX).

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA

5.1 O prazo de vigência é de até 12 meses contados a partir da assinatura do contrato e sua publicação, com base o artigo 106 da Lei Federal nº 14.133 de 2021. Podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite, conforme previsto no art. 107 da mesma Lei.

6. CLÁUSULA SEXTA – DOS CONTROLES DE EXECUÇÃO

6.1 O contratante fiscalizará por seus agentes, com a possibilidade de auxílio de terceiros, a execução dos serviços, a fim de garantir integral cumprimento e observância das normas técnico-administrativo-legais regentes dos contratos firmados.

6.1.1. A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.1.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.1.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.1.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.1.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

6.1.4. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

6.2 A solicitação de aditivo de prazo de execução, suspensão do contrato, assim como de acréscimos ou supressões de serviços deverá ser realizada no prazo de execução do contrato; e aditivo à vigência contratual deverá ser solicitado durante a vigência do contrato, aplicando-se ao art. 111 da Lei nº 14.133/2021 e art. 410 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 quando a contratação prever a conclusão de escopo predefinido.

6.2.1. As solicitações de aditivos devem vir acompanhadas de parecer técnico conclusivo emitido pela fiscalização, analisadas pelo gestor do contrato e previamente autorizadas pelo representante legal do CONTRATANTE.

6.2.2. Os acréscimos e supressões de serviços quantificados, a serem formalizados por termo aditivo, deverão ser planilhados com a indicação dos serviços a serem suprimidos e serviços a serem acrescidos, na forma do subitem 6.4.3 e do item 17.6 e seus subitens deste Contrato sujeita à aprovação da autoridade competente do CONTRATANTE, após análise do gestor do contrato.

6.2.3 Em caso de acréscimos e reduções de serviços no mesmo contrato devem ser consideradas as reduções ou acréscimos de quantitativos de forma isolada, ou seja, o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos devem ser sempre calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses



conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração estabelecidos no dispositivo legal.

6.4 Toda a comunicação entre as partes deverá ser feita por escrito. A notificação tornar-se-á efetiva após o seu recebimento. Todos os assuntos discutidos e decisões tomadas em reuniões do CONTRATANTE com o CONTRATADO, serão registradas em atas, que servirão de documento legal dos serviços e permitirão gerenciar as responsabilidades por tarefas específicas. As atas serão lavradas e assinadas pelos participantes.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA QUALIDADE E RENDIMENTO

7.1 A responsabilidade pelo fornecimento em tempo hábil dos materiais será do CONTRATADO, não podendo esta solicitar prorrogações de prazo, nem justificar retardamento da execução dos serviços em decorrência do fornecimento deficiente de materiais.

7.2 Considera-se sempre que o CONTRATADO dispõe da totalidade dos conhecimentos técnicos, gerenciais e administrativos e dos meios de produção pela substituição de métodos e meios de produção incompatíveis com o conjunto dos serviços a realizar nas quantidades, prazos e qualidade requeridos.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

8.1 Os preços, unitário e global, estabelecidos nos contratos incluem todos os custos necessários à perfeita execução do seu objeto, englobando, mas não se limitando, aos itens principais seguintes:

8.1.1 Todos os materiais, inclusive transporte até o local dos serviços;

8.1.2. Toda a mão de obra, especializada ou não;

8.1.3 Todos os custos e despesas com equipamentos, telefonia e internet;

8.1.4 Todos os custos e despesas com profissionais, todo o pessoal necessário a direção, execução, controle e administração;

8.1.5 Todos os custos com alojamento, transporte, alimentação, seguros pessoais contra acidentes, assistência médica, previdência social e, em especial, todos os ônus e encargos decorrentes do fiel cumprimento dos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, da Legislação de Higiene e Segurança no Trabalho e demais textos legais relacionados ao pessoal empregado;

8.1.6 Todos os custos e despesas decorrentes de seguros contra acidente de trabalho, incêndios, inundações, depredações, descargas elétricas e atmosféricas, que possam causar danos aos serviços, no todo ou em parte, ou a terceiros, que resultem direta ou indiretamente da ação ou omissão do CONTRATADO;

8.1.7 Custos com a execução, manutenção e retirada de todas as instalações provisórias necessárias à execução dos serviços, quando necessário;

8.1.8 Todas as despesas financeiras e tributárias incidentes sobre o objeto do contrato;

8.1.9. Todas as despesas decorrentes de infração de posturas e regulamentos;

8.1.10. Custos relacionados ao controle de qualidade,

8.1.11 Custos necessários à proteção e preservação do meio ambiente;

8.1.12. Outras despesas que se revelem próprias da natureza de atividades do executor;

9. CLÁUSULA NONA – DOS PAGAMENTOS

9.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, e da verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes

sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

9.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

9.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

9.3 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

9.4 O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

9.5 Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - FONTE DE RECURSOS:

10.1. A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: 45/46;

Fonte de Recursos: **500**

Elemento de Despesa: 33903916

Gestão/Unidade: 45/46;

Fonte de Recursos: **500**

Elemento de Despesa: 33903925

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1 Os preços contratuais dos serviços poderão ser reajustados, em Reais, de acordo com o inciso LVIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e os art. 169 e 170 do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

11.2. O reajustamento de preços, quando e se for o caso, será efetuado observada a periodicidade prevista em lei nacional, considerando-se a variação ocorrida desde a data do orçamento, conforme estabelece o parágrafo único do art. 169 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido neste Contrato;

11.2.1. Na hipótese em que, antes da data da concessão do reajustamento, já houver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, a revisão será considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada;

11.2.2. Se em consequência de culpa do CONTRATADO forem ultrapassados os prazos, o reajustamento só

será aplicado com índice correspondente ao respectivo período de execução previsto no cronograma físico-financeiro, sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes;

11.2.3. Se o CONTRATADO antecipar o cronograma de execução, o reajustamento será aplicado com índice correspondente somente pelo período de execução efetiva do objeto contratado, conforme previstos na planilha de medição;

11.2.4. O contrato será reajustado na forma da Lei e deste Contrato, independentemente de solicitação do CONTRATADO, salvo em caso de atraso do Cronograma físico-financeiro imputável ao CONTRATADO;

11.2.5. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto neste Contrato deve ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de termo aditivo.

11.3. O cálculo do reajustamento para os preços contratuais iniciais obedecerá a seguinte fórmula:

$R = K \times V_r$
$R = \frac{(I_i - I_o)}{I_o} \times V_r$
$K = \frac{(I_i - I_o)}{I_o}$

R = valor do reajustamento procurado,

K = Fator de reajustamento

V_r = Valor da fatura a ser reajustada

I_o = O índice de preços inicial (I_o) será o índice econômico vigente na data do orçamento, conforme estabelece o parágrafo único do art. 169 do decreto Estadual nº 10.086/2022.

I_i = O índice de preços (I_i) será o índice econômico vigente no mês do vencimento de cada período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias da data de assinatura do contrato, conforme estabelece o parágrafo único do art. 169 do decreto Estadual nº 10.086/2022.

11.3.1 Os reajustamentos terão fator constante em cada período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. E, decorrido esse interregno, proceder-se-á a novo reajustamento de acordo com a metodologia constante neste Contrato.

11.3.2 A periodicidade do reajustamento poderá ser reduzida por meio de legislação superveniente.

11.3.3 O primeiro reajustamento, quando couber, será concedido após decorrido o período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias da data assinatura do contrato, conforme estabelece o parágrafo único do art. 169 do decreto Estadual nº 10.086/2022, desde que preenchidos os requisitos legais.

11.3.4 Caso o contrato seja assinado após o decurso do período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias data do orçamento, conforme estabelece o parágrafo único do art. 169 do decreto Estadual nº 10.086/2022, o valor contratual deverá ser reajustado até a data do primeiro aniversário do orçamento;

11.3.5 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano da data da apresentação da proposta, ou do índice em que esta se baseou, aplicando-se o índice de reajustamento IPCA-IBGE, acumulado em 12 meses, que pode ser verificado na Calculadora do cidadão (Banco Central do Brasil - BACEN), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

a) Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela então legislação em vigor.

b) Na ausência dos índices específicos ou setoriais, previstos no artigo anterior, adotar-se-á o índice geral de preços mais vantajoso para a Administração, calculado por instituição oficial que retrate a variação do poder aquisitivo da moeda.

11.4 Considerar-se-á até a quarta casa decimal, sem arredondamento, o quociente de reajuste.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS GARANTIAS

12.1 A exigência de garantia contratual foi dispensada, considerando a natureza do objeto, a execução por demanda, o baixo valor individual dos serviços e o reduzido risco de inadimplemento, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO

13.1 Os serviços serão executados **sob demanda**, mediante solicitação formal da CONTRATANTE, por meio de Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, iniciando-se o prazo de execução a partir do seu recebimento pela CONTRATADA

13.1.1 A execução dos serviços deverá observar os prazos estabelecidos na respectiva Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE, devendo ser respeitados os prazos específicos definidos para cada lote.

- I. Para o lote 1 (Serviços de vidraçaria) o atendimento deverá ser feito no mesmo dia não podendo ultrapassar 20 dias corridos para a entrega e instalação do protudo.
- II. Para o lote 2 (Serviços de chaveiro) o reparo deverá ser feito em até 24 horas.
- III. Para o lote 3 (Serviços de telefonia) o reparo deverá ser iniciado em até 2 horas após a solicitação da contratante e tem até 24 horas para finalizar o reparo solicitado.

13.2 Pelo atraso no prazo de execução, ficará o CONTRATADO sujeito às penalidades fixadas neste contrato, independentemente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial.

13.3 O prazo para assinar o contrato poderá ser prorrogado por até 15 (quinze) dias mediante justificativa idônea aprovada pela CONTRATANTE.

13.4 Se, imotivadamente, o CONTRATADO não iniciar os serviços em até 30 (trinta) dias da data de assinatura do contrato pela autoridade competente do CONTRATANTE o contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

13.5 Toda solicitação de prorrogação de prazo de execução deverá ser efetivada no período de execução do contrato, bem como toda solicitação de prorrogação da vigência contratual deverá ser efetivada durante sua vigência, devidamente justificadas e previamente autorizadas pelo CONTRATANTE, em ambos os casos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SEGURANÇA DO TRABALHO

14.1. Deverão ser observadas pelo CONTRATADO todas as condições de higiene e segurança necessárias à preservação da integridade física de seus empregados, ao patrimônio do Estado e equipamentos utilizados no serviço, de acordo com as Normas Regulamentares do Ministério do Trabalho;

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXECUÇÃO

15.1 O CONTRATADO deverá atender rigorosamente ao disposto no contrato e será responsável pela segurança, eficiência e adequação dos serviços, bem como atender às normas técnicas definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

15.2 O CONTRATADO deverá, às suas expensas, reparar, corrigir, reconstruir, substituir, demolir ou refazer quaisquer partes dos serviços que, a juízo da fiscalização, não tenham sido executados de acordo com o estipulado no contrato.

15.3 O CONTRATADO se obriga a:

15.3.1. Assegurar, durante a execução dos serviços, proteção e conservação dos serviços executados, de forma que seja mantida sua integridade;

15.3.2. Executar imediatamente as correções que se fizerem necessários na execução dos serviços de sua responsabilidade, independentemente das penalidades cabíveis;

15.3.3. Providenciar a legalização dos serviços junto aos órgãos competentes, por sua conta e responsabilidade, quando necessário;



**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
CAMPUS DE APUCARANA**

15.4. O CONTRATADO é responsável pelos danos causados decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

15.5. O CONTRATADO é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do contrato.

15.5.1 A inadimplência do CONTRATADO quanto a esses encargos não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto ajustado ou restringir a regularização e uso das edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

15.5.2 Correrá por conta exclusiva do CONTRATADO a responsabilidade por quaisquer acidentes decorrentes da execução dos serviços, uso indevido de patentes registradas e, ainda que resultante de caso fortuito e por qualquer outra causa, a destruição ou danificação das instalações do CONTRATANTE, até o encerramento da vigência do contrato, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos na via pública.

15.5.3 No caso de alterações, estas serão sempre comunicadas antecipadamente à CONTRATADA pela equipe de fiscalização.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1 Este Contrato poderá ser alterado pelo CONTRATANTE, precedidos das devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

- a)** quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b)** quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei;

II - por acordo entre as partes:

- a)** quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b)** quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c)** quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d)** para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

16.1.1 Nas alterações de que trata esta cláusula deverá ser observado o disposto nos artigos 124 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133/2021.

16.1.2 Em situações especiais e devidamente justificadas, serão admitidas, por acordo entre as partes, alterações que superem os limites legais previstos no art. 125 da Lei Federal n.º 14.133/2021, desde que observadas as seguintes situações:

- a)** não acarrete para o CONTRATANTE encargos contratuais superiores aos oriundos de uma eventual extinção contratual por razões de interesse público, acrescidos aos custos da elaboração de um novo procedimento licitatório;
- b)** não inviabilize a execução contratual, à vista do nível de capacidade técnica e econômico-financeira do CONTRATADO.
- c)** decorra de fatos supervenientes que impliquem em dificuldades não previstas ou imprevisíveis por ocasião da contratação inicial;

d) não ocasione a transfiguração do objeto originalmente contratado em outro de natureza e propósito diversos;

e) seja necessária à completa execução do objeto original do contrato, à otimização do cronograma de execução e à antecipação dos benefícios sociais e econômicos decorrentes;

f) demonstre, na motivação do ato que autorizar o aditamento contratual na hipótese deste parágrafo, que as consequências da rescisão contratual, seguida de nova licitação e contratação, importam em sacrifício insuportável ou gravíssimo ao interesse coletivo a ser atendido pelo serviço, inclusive à sua urgência e emergência.

16.1.3 O valor do contrato pode ser alterado quando:

a) a alteração for consequência dos casos dos incisos “a” a “d” do subitem 16.1.2.

b) visar a restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do CONTRATADO e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual;

c) ocorrer a criação, extinção ou alteração de quaisquer tributos ou encargos legais, ou a superveniência de disposições legais, após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, que deverão ser revistos para mais ou para menos, conforme o caso.

16.1.4 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

16.2 A garantia pode ser alterada quando conveniente a substituição a pedido do CONTRATADO e aceita pelo CONTRATANTE.

16.3 A forma de pagamento poderá ser alterada por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução do serviço.

16.4 No caso de supressão dos serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes devem ser ressarcidos pelo CONTRATANTE pelos custos de aquisição regularmente comprovados.

16.5 Havendo alteração do contrato que aumente ou diminua os encargos do CONTRATADO, deve ser reestabelecida a equação econômico-financeira por meio de aditamento contratual nos casos autorizados pela Lei n.º 14.133/2021.

16.6 A revisão do preço original do contrato, quando imposta em decorrência das disposições deste Contrato, dependerá da efetiva comprovação do desequilíbrio, das necessárias justificativas, dos pronunciamentos dos setores técnico e jurídico e da aprovação da autoridade competente;

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E MULTAS

17.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, bem como pelo atraso injustificado na execução dos serviços, o CONTRATADO ficará sujeito às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 10.086/2022, garantidos o contraditório e a ampla defesa:

17.2 As sanções poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade

18.3 Constituem sanções administrativas passíveis de aplicação:

a) Advertência

b) Multa

c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 03 (três) anos

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente

17.3 Das Multas.

17.3.1 Pelo atraso injustificado na execução dos serviços:

- Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor do item ou do serviço em atraso, limitada ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

17.3.2 Pela inexecução parcial do contrato:

- multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada.

17.3.3 Pela inexecução total do contrato:

- multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

17.4 A aplicação de qualquer sanção observará obrigatoriamente a instauração de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO.

17.5 A sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade somente será aplicada após decisão da autoridade competente, na forma da legislação vigente.

17.6 As sanções previstas nesta cláusula não excluem a obrigação de indenizar a CONTRATANTE pelos prejuízos eventualmente causados em decorrência do inadimplemento contratual.

17.7 O CONTRATADO será responsabilizado administrativamente pelas infrações cometidas durante a execução contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.

18.1 Dos atos do CONTRATANTE decorrentes da aplicação deste Contrato cabem recursos administrativos nas formas previstas em lei.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA OBRIGAÇÕES

19.1 SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

19.1.1 Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;

19.1.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

19.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao CONTRATADO, o valor correspondente aos danos sofridos.

19.1.4 Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação.

19.1.5 Recrutar em seu nome e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive dos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e, quaisquer outros não mencionados, em decorrência da sua condição de empregador.

19.1.6 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

19.1.7 O CONTRATADO deverá estar com cadastro no sistema GMS, válido, durante toda vigência do contrato, bem como todas as certidões;



**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
CAMPUS DE APUCARANA**

19.1.8 Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

19.1.9 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

19.1.10 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

19.1.16 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19.1.18 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na Lei Federal 14.133 de 2021.

19.2 SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

19.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;

19.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

19.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido mensalmente, com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

19.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

19.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

19.2.6 Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Edital e seus anexos;

19.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

19.2.8 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

19.2.9 Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;

19.2.10 Informar a CONTRATADA sobre quaisquer alterações de horários e rotinas de serviço que possam afetar a execução dos serviços;

19.2.11 Aplicar as penalidades previstas no contrato e/ou legislação vigente nos casos de descumprimento contratual.

19.2.12 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA– DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

20.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

20.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis à prestação dos serviços por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

20.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados na prestação dos serviços especificada neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
CAMPUS DE APUCARANA

diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

20.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

20.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

20.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

20.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

20.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

20.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocado a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

20.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

20.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

20.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

20.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

20.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

20.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeito aos mesmos limites **impostos ao contratado**.

20.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

20.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - REAJUSTE

21.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

21.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços



**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
CAMPUS DE APUCARANA**

contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano da data da apresentação da proposta, ou do índice em que esta se baseou, aplicando-se o índice de reajustamento IPCA-IBGE, acumulado em 12 meses, que pode ser verificado na Calculadora do cidadão (Banco Central do Brasil - BACEN), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

21.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

21.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

21.4 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

21.6 O reajuste será realizado por apostilamento.

21.7 O Reajuste deverá ser solicitado pelo contratado através do email institucional fornecido pelo fiscal do contrato.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

22.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal 14.133/2021, e do Decreto Estadual 10.086/2022 e dos Princípios Gerais de Direito.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro Central da Comarca da cidade de Apucarana, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias originadas das obrigações reciprocamente assumidas neste contrato.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - Condições Técnicas Gerais

24.1 As Condições Técnicas Gerais estabelecidas neste item aplicam-se aos serviços objeto da presente licitação. Considerando que o certame é dividido em lotes distintos, e que cada lote resultará na celebração de contrato específico, as disposições previstas neste item serão aplicáveis a cada contrato apenas naquilo que for compatível com o objeto do respectivo lote contratado.

24.2 Todos os materiais necessários para a execução dos serviços deverão ser fornecidos pela contratada, conforme orientação da fiscalização contratual;

24.2.1 Devido a grande diversidade de peças e componentes que podem ser necessários para a correção das falhas identificadas, incluindo conectores, cabos, placas, fontes, módulos e outros elementos específicos de cada sistema. Essa variedade impede a elaboração de um rol exaustivo e detalhado de todos os itens a serem adquiridos previamente, sendo necessário a existência de um item com valor máximo fixado disponível para a aquisição das peças necessárias para a manutenção.

24.2.2 Para a utilização do saldo reservado à aquisição de peças e materiais, o prestador de serviços deverá apresentar, sempre que possível, pelo menos três orçamentos de fornecedores distintos, a fim de demonstrar que o valor proposto está compatível com os preços praticados no mercado. A execução somente poderá ocorrer após autorização formal do fiscal do contrato, garantindo a observância dos princípios da economicidade, transparência e controle administrativo.

24.3 A contratada deverá possuir equipe técnica qualificada, com comprovação de experiência compatível com o objeto contratado;

24.4 Deverão ser observadas todas as normas técnicas vigentes aplicáveis (ABNT, NBR, NR, entre outras), bem como os requisitos de segurança do trabalho e proteção ao meio ambiente;

24.5 Em todos os serviços, deverá ser garantida a perfeita finalização, sem deixar vestígios de danos às instalações do campus

24.5.1 Deverá ser observada a correta destinação dos resíduos correspondentes a cada serviço executado.

24.6 O contrato de manutenção deverá incluir, sem custo adicional, o fornecimento e a substituição de peças, placas, componentes e cartões de ramais analógicos e ramais digitais; inspeção, testes e ajustes; atualização de software/firmware interno; alteração das configurações, realização de novas programações e esclarecimento de dúvidas.

24.7 A assistência técnica, a manutenção preventiva e a manutenção corretiva dos equipamentos serão realizadas através de rotinas periódicas e/ou sob demanda

24.8 ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

24.8.1 A contratada deve vir no local para verificar as possíveis avarias dos equipamentos.

24.8.2 A contratada deverá realizar as manutenções preferencialmente no local da instalação dos equipamentos. Caso não seja possível a execução dos serviços in loco, o técnico responsável deverá comunicar o fiscal do contrato formalmente a necessidade de remoção do equipamento para reparo em oficina, devendo o prazo total para conclusão dos reparos e devolução do equipamento não ultrapassar 5 (cinco) dias úteis.

24.8.1 A Contratada deverá fornecer assistência técnica com referência à central telefônica e respectivos componentes de hardware e software, por meio das seguintes atividades:

24.8.2 Realizar configurações e programações.

24.8.3 Prestar informações claras e completas sobre o funcionamento da central telefônica e seus componentes de software, hardware, licenças, etc.

24.8.4 Realizar ajustes e substituir peças e componentes preventivamente, incluindo hardwares, placas, acessórios, cabos, cartões de memória, etc.

24.8.5 Atualizar software interno da central e software de gerenciamento sempre que necessário à correção de algum problema de funcionamento (havendo atualização disponibilizada pelo fabricante).

24.8.6 Após execução da manutenção preventiva, a Contratada deverá entregar relatório detalhado das verificações e intervenções executadas para o fiscal do contrato.

24.8.7 Realizar a correção de defeitos de hardware e/ou software identificados durante a manutenção preventiva ou aqueles comunicados pela UNESPAR.

24.8.8 Na execução dos serviços deve ser obedecido o mesmo padrão de qualidade e nível tecnológico existente nos equipamentos e componentes.

24.8.9 Substituir peças e componentes defeituosos, incluindo quaisquer hardwares, placas, acessórios, cabos, cartões de memória, etc.

24.8.10 A Contratada deverá disponibilizar os seguintes meios para o registro de solicitações de serviços de assistência técnica e manutenção corretiva: correio eletrônico e/ou sistema informatizado; e contato telefônico para o contato direto

24.8.11 Em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato, a Contratada deverá indicar os endereços eletrônicos e números telefônicos para o registro de solicitações.

24.8.12 Identificar defeitos e problemas de operação inadequada e aconselhar sobre melhores práticas, formas de uso e de programação.

24.9 REQUISITOS PARA VIDRAÇARIA

24.9.1 Para substituições, serão utilizados o mesmo tipo e a mesma espessura do vidro existentes, nas portas e/ou janelas, garantindo assim melhor segurança e qualidade dos itens.

24.9.2 A entrega e instalação ficará a cargo da contratada, inclusive pessoal capacitado para tal função, conforme as normas de segurança do trabalho e qualidade dos itens.



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
CAMPUS DE APUCARANA

24.9.3 Devem ser retirados os pedaços de vidros danificados, caso necessário. A instalação deve ser com material apropriado (massa, silicone e afins). Os serviços de instalações não deverão obstruir os andamentos das rotinas de trabalho dos ambientes.

24.9.4 A contratação será responsável pela perfeita instalação e funcionamento do dispositivo em sua integralidade, ser responsável ainda por quaisquer danos às estruturas existentes, reparando ou ressarcindo-as

24.9.5 A contratada deverá recolher os entulhos/lixos gerados durante a execução do serviço.

24.9.6 Todos os itens deverão ser entregues e instalados conforme especificação e sem avarias.

24.9.7 Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em partes, quando desacordo com as especificações exigidas ou em caso de má instalação.

24.10 REQUISITOS PARA O CHAVEIRO

24.10.1 Nas substituições, serão utilizados materiais dos mesmos tipos ou de qualidade superior aos modelos originais de fechaduras, maçanetas, chaves e itens similares, garantindo maior segurança e durabilidade.

24.10.2 A empresa contratada deverá atender requisitos mínimos, como o conhecimento a descrição detalhada das peças (chaves, fechaduras, maçanetas, entre outras peças), especificando o valor unitário de cada item da planilha de quantitativos.

24.10.3 Deverá deter conhecimentos na execução e utilização de materiais, ferramentas e equipamentos necessários à realização dos serviços contratados, em observância aos critérios e práticas de sustentabilidade, no que se refere ao descarte correto de resíduos.

24.10.4 Os serviços deverão ser realizados de forma preventiva e corretiva, conforme demanda apresentada pelos setores da instituição, respeitando prazos estabelecidos e garantindo qualidade e segurança na execução.

24.10.5 Todos os materiais, peças e componentes necessários para a execução dos serviços serão fornecidos pela contratada, devendo ser de boa qualidade e compatíveis com os padrões de segurança e funcionalidade exigidos pela Universidade.

24.11 REQUISITOS PARA A MANUTENÇÃO DE TELEFONIA

24.11.1 A empresa contratada deverá fornecer todos os materiais necessários para execução dos serviços, como telefone IP, sem fio, canaletas, cabos, conectores e demais componentes de infraestrutura, sempre observando os padrões de qualidade e compatibilidade com o sistema em uso da universidade

24.11.2 Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados e com experiência comprovada na área, garantindo eficiência, organização e segurança na instalação e/ou manutenção da rede telefônica.

24.11.3 Deverão ainda cumprir as normas técnicas vigentes, assegurar o pleno funcionamento dos equipamentos instalados e oferecer suporte técnico sempre que solicitados, contribuindo para a melhoria da comunicação interna e externa da instituição.

E, por assim haverem justo e contratado, é o presente assinado pelos representantes legais das partes contratantes.

Apucarana, __ de _____ de 2026.

Representante UNESPAR
Cargo do Representante



**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
CAMPUS DE APUCARANA**

Representante da Empresa CONTRATADA

Nome do Representante

Cartão do Representante

Testemunhas:

Testemunha 01: (Nome Completo)

Testemunha 02: (Nome Completo)

Documento: (Tipo e número do documento)



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
CAMPUS DE APUCARANA

ANEXO V DO EDITAL	
MINUTA DA ORDEM DE SERVIÇO	
PROTOCOLO:	_____
EDITAL:	Pregão Eletrônico n.º xxx/2026 GMS
OBJETO:	_____
PRAZO EXECUÇÃO:	_____ (_____) dias
CONTRATO:	_____/20__
EMPRESA:	_____, localizada à Rua _____, no Município de _____, Estado do _____, CEP _____, Fone (____) _____, E-mail _____, CNPJ n.º _____.
VALOR CONTRATUAL:	R\$ _____ (_____), sendo _____% (_____ por cento) referente a materiais e _____% (_____ por cento) referente a mão de obra.
RECURSO:	Empenho n.º _____, Dotação Orçamentária _____, Projeto Atividade _____, Natureza da Despesa _____, Fonte _____ – _____, datado de ____/____/20__.
FISCAL:	E_____.
Pela presente Ordem de Serviço, o prazo de execução do ajuste, de acordo com a Cláusula Terceira do Contrato, deverá ser contado a partir de __ de _____ de 20__, ficando a empresa autorizada ao início dos trabalhos.	
Autoridade Competente do órgão/entidade Licitante	
ACEITE DA ORDEM DE SERVIÇO Apucarana, em ddd do mmmm de 202X	
Nome:	
CPF:	
Representante Legal da Contratada	
Nome:	
CPF:	
Responsável Técnico da Contratada	



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
CAMPUS DE APUCARANA

ANEXO VI

MODELO DA CARTA PROPOSTA DE PREÇOS

À

Nome do órgão/entidade licitante

Referência: Pregão Eletrônico n.º ____/20__ GMS

Objeto: _____

A Empresa _____, CNPJ/MF _____,
com sede na cidade de _____, estado do _____, sito _____,
n.º _____, CEP _____ – _____, Telefone (____) _____, E-mail _____,
propõe à(ao) (Nome do órgão/entidade licitante) a execução do objeto da Licitação supra
referenciada, tudo em conformidade com o edital, o contrato e os anexos da licitação em referência.

- 1) O preço proposto é de R\$ _____ (_____).
- 2) O prazo de validade da Proposta será de, no mínimo, 90 (Noventa) dias corridos, contados a partir da data de abertura da Licitação.

Se vencedor da licitação, assinará o contrato administrativo, na qualidade de representante legal, o(a)
Sr.(a) _____, portador(a) do CPF _____
e será responsável técnico pelos serviços o(a) Sr.(a) _____,
Título _____, CREA/n.º e/ou CAU/n.º _____.

_____, ____ de _____ 20__.

Representante Legal da Empresa	
Nome:	
CPF:	
Assinatura:	

Obs. Caso haja divergência entre o valor numérico e o valor por extenso da proposta, prevalecerá o valor por extenso.



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
CAMPUS DE APUCARANA

ANEXO VII

MODELO DA DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À

(Nome do órgão/entidade licitante)

Referência: Pregão Eletrônico n.º ____/20__ GMS

Objeto: _____

A Empresa _____, CNPJ/MF _____, DECLARA, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis e as penas da lei, ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no Parágrafo 4º do Artigo 3º da Lei Complementar Federal n.º 123/2006 e suas alterações, e tendo interesse dos benefícios nela contidos para efeitos de licitação, quando e no que couber.

Declara ainda que, não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2022.

_____, ____ de _____ 20__.

Representante Legal da Empresa	
Nome:	
CPF:	
Assinatura:	



ANEXO VIII

MODELO DA DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS

À

(Nome do órgão/entidade licitante)

Referência: Pregão Eletrônico n.º ____/20__ GMS

Objeto: _____

O Signatário da presente, _____ Carteira de Identidade n.º _____, representante legal, em nome da Empresa _____, CNPJ/MF _____, declara:

- 1) Concordar, na íntegra, com os termos da Licitação e com todos os documentos dela componentes;
- 2) Que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo Órgão Licitante quanto à sua habilitação;
- 3) Que não existe, no presente momento, pedido de falência em nome desta empresa e que a mesma se submete à automática inabilitação, caso tal venha a ocorrer durante o processo de Licitação;
- 4) Sob as penalidades cabíveis, a não superveniência de fato impeditivo da habilitação;
- 5) Que a empresa é idônea e atende a todos os pré-requisitos da Licitação e demais exigências contidas na Lei Federal n.º 14.133/2021;
- 6) Que não se enquadra nas hipóteses previstas no § 1.º do art. 9.º e no art. 14 ambos da Lei Federal n.º 14.133/2021, atendendo às condições de participação da Licitação e legislação vigente;
- 7) Que assume total responsabilidade pelas informações prestadas e, em qualquer tempo, exime o ora contratante de quaisquer ônus civil e penal que lhe possa acarretar;
- 8) Que fará prova de todas as informações ora declaradas, quando necessário ou solicitado e que se compromete a apresentar a documentação original, quando a mesma for solicitada pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no prazo que o mesmo estipular;
- 9) Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
CAMPUS DE APUCARANA

- 10) Que para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. (Caso empregue menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, deverá fazer a ressalva).
- 11) Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.
- 12) Que para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021 a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

_____, ____ de _____ 20__.

Representante Legal da Empresa	
Nome:	
CPF:	
Assinatura:	



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
CAMPUS DE APUCARANA

ANEXO IX

MODELO DO TERMO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES LOCAIS (vistoria)

À

(Nome do órgão/entidade licitante)

Referência: Pregão Eletrônico n.º ____/20__ GMS

Objeto: _____

A Empresa _____, CNPJ/MF _____,
com sede na cidade de _____, estado do _____, sito à Rua _____,
n.º _____, CEP _____ – _____, Telefone (____) _____, E-mail _____,
declara o abaixo:

Declara, para fins de participação nessa licitação, pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e assume total responsabilidade por este fato, de forma que a falta de conhecimento das condições do local, onde serão executados os serviços, não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros e jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

_____, ____ de _____ 20__.

Responsável Técnico do Licitante pela visita

Nome:

CPF:

Assinatura:



DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 1 (um) dia útil, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

1.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL de fornecedor, que terá de ser feito e emitido pelo Sistema GMS, no portal www.comprasparana.pr.gov.br, e os documentos dos itens 1.3, 1.4, 1.5 e 1.6, abaixo descritos:

1.1.1 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, da pessoa física, representante da empresa. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso. Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do representante e do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da empresa; Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

Para a qualificação Econômico-financeira a Licitante arrematante deverá entregar:

1.3.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor Judicial da sede do Licitante, com antecedência máxima de até 60 (sessenta) dias corridos, contados da data prevista para a abertura da licitação.

1.3.2 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

a) Serão considerados aceitos como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a.1) Publicados em Diário Oficial ou

a.2) Publicados em Jornal ou

a.3) Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da Sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento.

a.4) Quando a data da abertura do certame for superior ao dia 30 de abril do presente ano, somente será aceito o balanço do ano anterior.

b) O Balanço Patrimonial da Sociedade Anônima ou por Ações deverá ser o publicado em Diário Oficial, sendo que as de capital aberto deverão, ainda, vir acompanhadas de Parecer de Auditor(es) Independente(s). O Balanço Patrimonial das demais empresas deverá ser o transcrito no “Livro Diário” contendo identificação completa da empresa, de seu titular, e de seu responsável técnico contábil, acompanhado de seus respectivos Termos de Abertura e Encerramento. Os Termos deverão estar registradas na Junta Comercial ou Cartório de Títulos e Documentos.

c) Em caso de empresa que ainda não possua balanço patrimonial e demonstrações contábeis já exigíveis, por ser recém-constituída, apresentação de cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou cópia do Livro Diário contendo o Balanço de Abertura, inclusive com os termos de Abertura e de Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do Licitante.

1.3.2.1 os documentos exigidos no item 1.4.2 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.3.2.1.1 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.3.3 a comprovação da situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Corrente (ILC), Liquidez Geral (ILG) e Grau de Endividamento (GE), bem como pela Disponibilidade Financeira Operacional, resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

Índice de Liquidez Corrente (ILC):

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG):

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível à Longo Prazo}}$$

Grau de Endividamento (GE):

$$GE = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

Valor Patrimonial (VP):

$$VP = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Capital Social}}$$

A Disponibilidade Financeira deverá ser maior ou igual ao valor da proposta do Licitante, e deverá ser recalculada e entregue na assinatura do contrato. Para isso deverá ser entregue pelo licitante vencedor um novo Quadro, conforme Anexo IX e Memorial de Cálculo da Disponibilidade Financeira Operacional.

c.1) As fórmulas indicadas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.

c.2) Na ocorrência de algum equívoco na elaboração destes cálculos, tendo o licitante fornecido dados que possibilitem a correção dos mesmos, não será motivo de inabilitação.

c.3) Na ocorrência de algum equívoco na elaboração destes cálculos, tendo o licitante fornecido

dados que possibilitem a correção dos mesmos, não será motivo de inabilitação.

1.3.3.1 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

1.3.3.2. As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a 1(Um) no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 1(um) no índice de Graua de Endividamento (GE); superior ou igual a 1 (Um) no índice de Liquidez Corrente (LC).

1.3.4 Comprovação de possuir Patrimônio Líquido igual ou superior a **R\$ 81.760,00 (Oitenta e um mil e setecentos e sessenta reais)**, mediante apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social – cópia extraída do Livro Diário e registrado na Junta Comercial ou publicação em Diário Oficial, ou Certidão de Cartório de Títulos ou Documentos. Uma vez que estes documentos já tenham sido apresentados (item 1.4.2), não será necessária nova inclusão.

Para as empresas cadastradas no Programa REFIS deverá ser obedecido o artigo 14 da Lei Federal n.º 9.964 de 10/04/2000.

1.4 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.4.1 COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para a comprovação de Qualificação Técnica o licitante arrematante deverá entregar:

1.4.1.1 CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

1.4.1 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).

a) Declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme Anexo VII.

d.1) A Declaração é um documento indispensável a ser entregue, sendo que a sua ausência inabilitará o Licitante.

d.2) A vistoria técnica terá por finalidade:

d.2.1) Conhecimento das condições locais onde será prestado o serviço, para efetuar as medições e conferências que se fizerem necessárias para a correta elaboração de sua proposta, bem como para solicitação de outros esclarecimentos que julgarem necessários.

e) Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento das condições locais pertinentes à execução do objeto, não serão argumentos válidos para reclamações futuras, nem desobrigam execução do serviço. Todas as ocorrências pertinentes ao escopo dos serviços, a partir da assinatura do contrato, serão de responsabilidade do contratado.

1.5 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita (Anexo IV)**, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 12, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 2.474, de 2015).

1.5.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
CAMPUS DE APUCARANA

documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.5.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.6 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.7 Na hipótese do item 1.5.1, as microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.8 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.9 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
CAMPUS DE APUCARANA**

**ANEXO XI
DECLARAÇÃO LGPD.**

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1.** aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2.** referentes a participações societárias;
- 1.3.** informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4.** endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5.** estado civil;
- 1.6.** eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7.** relações de parentesco;
- 1.8.** número de telefone;
- 1.9.** sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10.** informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal